

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL NO SEMIÁRIDO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO DOCENTE

Yane Gama da Silva¹; Américo Junior Nunes da Silva²; Cristiana de Cerqueira Silva Santana³

¹Pós-graduanda no Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia, Senhor do Bonfim-BA, e-mail: yanegama21@gmail.com

²Professor da Universidade do Estado da Bahia, e-mail: ajnunes@uneb.br

³Professora da Universidade do Estado da Bahia, e-mail: ccsilva@uneb.br

Introdução

O estágio docente constitui-se como um processo formativo essencial, uma vez que possibilita ao futuro professor apreender a complexidade do exercício da docência, contribuindo significativamente para a construção de sua identidade profissional por meio de processos de reflexão crítica sobre a prática pedagógica (Lima; Pimenta, 2006). Nessa perspectiva, o Estágio Docente no Ensino Superior configura-se como uma etapa indispensável, pois propicia a vivência concreta do cotidiano acadêmico e favorece a compreensão de como se estruturam e se desenvolvem as dinâmicas institucionais no contexto universitário (Silva; Silva, 2023).

Desse modo, a educação, compreendida como prática social, desempenha um papel fundamental na formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e intervir na realidade em que estão inseridos. Nessa direção, Pimenta e Anastasiou (2014, p. 80) afirmam que a “educação é um processo de humanização, que ocorre na sociedade humana com a finalidade explícita de tornar os indivíduos participantes do processo civilizatório e responsáveis por sua continuidade”.

Neste sentido, o estágio docente é um processo de preparação profissional muito complexo, tendo em vista que “o trabalho docente está impregnado de intencionalidade, pois visa a formação humana por meio de conteúdos e habilidades de pensamento e ação, implicando escolhas, valores, compromissos éticos” (Pimenta e Anastasiou, 2014, p. 16). Dessa forma, o Estágio Docente no Ensino Superior é um período de reflexão crítica sobre a prática, possibilitando ao sujeito compreender o trabalho educativo em sua dimensão social, política e cultural (Silva; Silva, 2023).

¹ Pós-graduanda no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia. Especialista em Educação Científica e Popularização das Ciências pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Catu. Licenciada em Ciências Agrárias pelo IF Baiano Campus Senhor do Bonfim. yanegama21@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). ajnunes@uneb.br

³ Pós-doutorado em Arqueologia, Doutorado e Mestrado em Geologia, Licenciada em Ciências Biológicas. Professora da Graduação em Ciências Biológicas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e do Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, ccsilva@uneb.br

Este texto apresenta um relato de experiência vivenciado durante o Estágio Docente no Curso de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VII, em Senhor do Bonfim-BA, realizado pela primeira autora na disciplina de Educação Ambiental, vinculada ao Curso de Pedagogia da mesma instituição. Nesse sentido, o objetivo do relato é refletir acerca de uma experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do estágio docente no Ensino Superior, a qual articulou a Educação Ambiental Crítica e a Educação Patrimonial, a partir da valorização do patrimônio cultural e natural dos territórios semiáridos.

Metodologia

Este relato de experiência adota uma abordagem qualitativa e foi desenvolvido a partir das vivências do Estágio Docente no Ensino Superior, no contexto da disciplina de Educação Ambiental. A experiência fundamentou-se nos princípios da Educação Ambiental Crítica (EA) e da Educação Patrimonial (EP), priorizando práticas pedagógicas contextualizadas à realidade do Semiárido. Conforme Minayo (2007), a abordagem qualitativa tem como propósito compreender as práticas sociais dos sujeitos, com ênfase na interpretação dos significados, e não na quantificação de dados. Nessa perspectiva, o relato de experiência configura-se como uma modalidade que ultrapassa a mera descrição das vivências, ao buscar sua problematização e valorização por meio de um esforço acadêmico-científico de caráter explicativo, sustentado em referenciais teóricos e metodológicos (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

A proposta pedagógica foi elaborada a partir dos pressupostos da Educação Ambiental Crítica (EAC) e da Educação Patrimonial, priorizando atividades participativas voltadas à educação contextualizada no Semiárido. Para tanto, fundamentou-se em referenciais como Carvalho (2017), Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Malvezzi (2007) e Freire (1987). Nesse contexto, foram desenvolvidas rodas de conversa, leitura e discussão de textos, bem como a exposição de fotografias e objetos, com o objetivo de promover uma leitura crítica dos patrimônios culturais e naturais enquanto elementos constitutivos dos territórios semiáridos.

Resultados e discussão

Durante o tirocínio docente, foram desenvolvidos estudos e práticas pedagógicas voltados à Educação Ambiental e à Educação Patrimonial, com ênfase no patrimônio cultural e natural do Semiárido. A turma do estágio era composta por 38 discentes, oriundos tanto de Senhor do Bonfim, município sede do Campus da UNEB, quanto de outros municípios e territórios distintos, o que evidencia a diversidade cultural, social e territorial presente no grupo. Essa heterogeneidade constituiu-se como um elemento formativo relevante, pois possibilitou o diálogo entre diferentes experiências, saberes e modos de relação com o território. Ademais, observou-se uma participação ativa e um significativo envolvimento dos educandos em todas as atividades propostas, favorecendo a construção de diálogos, trocas de saberes e processos coletivos de reflexão ao longo do estágio. Tal contexto reforça a compreensão do estágio docente como um espaço privilegiado de formação, no qual se articulam teoria, prática e reflexão crítica sobre o fazer pedagógico (Lima; Pimenta, 2006; Pimenta; Anastasiou, 2014; Silva; Silva, 2023).

Nesse cenário, tornou-se possível abordar a Educação Ambiental e a Educação Patrimonial de forma crítica, contextualizada e participativa, valorizando as múltiplas realidades que compõem os territórios de origem dos discentes. A Educação Ambiental, compreendida para além de uma

perspectiva conservacionista ou instrumental, tem se constituído como uma importante mediadora entre a esfera educacional e o campo ambiental, especialmente ao dialogar com os problemas sociais, políticos e culturais decorrentes da crise ecológica contemporânea. Nessa direção, a Educação Ambiental Crítica (EAC) contribui para a transformação de valores, atitudes e práticas sociais, ao fundamentar-se em princípios democráticos e emancipatórios, produzindo reflexões, concepções, métodos e experiências educativas comprometidas com a construção de novos referenciais de conhecimento e de valores ecológicos (Carvalho, 2017).

Essa perspectiva articula-se diretamente com o pensamento de Paulo Freire (1987), que compreende a educação como uma prática de liberdade e como instância formativa de sujeitos emancipados, capazes de ler criticamente a realidade e de se reconhecerem como autores de sua própria história. Para Freire, a prática educativa deve estar ancorada no diálogo, na problematização e na valorização dos saberes dos sujeitos, rompendo com modelos bancários de ensino e possibilitando processos formativos transformadores. Assim, a articulação entre Educação Ambiental Crítica e a pedagogia Freireana fortalece propostas educativas comprometidas com a justiça socioambiental, a participação coletiva e a transformação da realidade.

A partir desses pressupostos, durante as aulas do estágio docente, os discentes foram orientados a realizar registros fotográficos em suas comunidades, identificando elementos reconhecidos como patrimônios culturais e naturais, bem como a selecionar objetos representativos desses patrimônios para socialização em sala de aula, conforme Figura 01. Os registros fotográficos, os objetos apresentados e os momentos de socialização possibilitaram reflexões sobre os processos de reconhecimento e valorização dos territórios, a construção de identidades e o fortalecimento do sentimento de pertencimento, aspectos fundamentais para o desenvolvimento de práticas educativas contextualizadas no Semiárido.

Figura 01 - Fotos apresentadas pelos estudantes da turma, como parte da atividade desenvolvida.



Fonte: Produção dos estudantes da disciplina de Educação Ambiental (2025).

A experiência pedagógica desenvolvida evidenciou que a articulação entre Educação Ambiental e Educação Patrimonial constitui uma estratégia potente para a construção de práticas educativas críticas e contextualizadas. Inicialmente, identificou-se que alguns discentes apresentavam compreensões restritas acerca da Educação Ambiental e das diferenciações entre patrimônio cultural material, imaterial e natural, frequentemente associando tais conceitos

apenas à preservação da natureza ou a ações pontuais de cuidado ambiental. Diante disso, a inserção do debate sobre o patrimônio cultural e natural dos territórios mostrou-se necessária, pois possibilitou a ampliação das leituras e compreensões sobre a realidade socioambiental. Conforme destacam Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4), a Educação Patrimonial constitui um instrumento de “alfabetização cultural”, que permite ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, compreendendo o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Nesse sentido, as caminhadas realizadas nas comunidades e os registros fotográficos dos patrimônios favoreceram reflexões sobre elementos que, muitas vezes, encontravam-se naturalizados ou invisibilizados no cotidiano dos discentes, mas que são constitutivos de sua história e de sua relação com o território semiárido. Essas atividades contribuíram para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a valorização dos territórios de origem dos estudantes. A socialização dos objetos representativos do patrimônio cultural em sala de aula configurou-se como um dos momentos mais significativos da experiência, pois, ao apresentarem os objetos e explicitarem seus significados, os discentes articularam reflexões sobre memória, cultura, ambiente e modos de vida, evidenciando que o patrimônio não se restringe a bens materiais, mas envolve práticas, saberes, valores e relações sociais historicamente construídas. Tal compreensão dialoga diretamente com a concepção de Educação Patrimonial como processo de “alfabetização cultural” proposta por Horta, Grunberg e Monteiro (1999).

No que se refere à Educação Ambiental, as discussões sobre os patrimônios naturais e culturais dos territórios semiáridos contribuíram para a problematização das dinâmicas socioambientais locais, rompendo com estereótipos de pobreza, escassez e inviabilidade historicamente associados ao Semiárido. Conforme ressalta Malvezzi (2007, p. 9), o Semiárido brasileiro não pode ser compreendido apenas a partir de seus aspectos climáticos ou naturais, pois se constitui como um processo social complexo, marcado por povos, culturas, festas, arte, religião, política e história, exigindo uma leitura integrada e contextualizada da realidade.

Dessa forma, práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na escuta sensível e na valorização das experiências dos discentes possibilitam a superação de uma Educação Ambiental pontual, fragmentada e descontextualizada. Ao articular Educação Ambiental e Educação Patrimonial, o processo formativo desenvolvido durante o estágio docente avançou para além da transmissão de conteúdos, promovendo reflexões críticas sobre a preservação dos patrimônios, a responsabilidade coletiva na conservação ambiental e a valorização dos territórios como espaços de vida, memória e identidade. Trata-se, portanto, de uma experiência formativa que reafirma o potencial dessas articulações para a construção de uma educação crítica, emancipatória e socialmente referenciada no contexto do Semiárido.

Conclusões

As experiências vivenciadas durante o tirocínio docente evidenciaram que a articulação entre a Educação Ambiental e a Educação Patrimonial, no contexto do Semiárido, constitui-se como uma estratégia pedagógica potente para a construção de práticas educativas críticas, contextualizadas e socialmente referenciadas. Tal integração favoreceu a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua inserção territorial e capazes de compreender, problematizar e intervir nas dinâmicas socioambientais que atravessam os territórios em que vivem.

A prática pedagógica desenvolvida possibilitou, ainda, a ampliação das compreensões dos discentes acerca dos patrimônios culturais e naturais, promovendo reflexões sobre suas múltiplas dimensões históricas, culturais, sociais e ambientais. Ao reconhecer os patrimônios como elementos constitutivos da identidade, da memória coletiva e dos modos de vida no Semiárido, a experiência contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a valorização dos saberes e práticas locais, rompendo com visões reducionistas e estereotipadas historicamente atribuídas à região.

Nesse sentido, o estágio docente configurou-se como um espaço formativo significativo, tanto para os discentes quanto para a docente em formação, ao possibilitar a articulação entre teoria e prática, diálogo e reflexão crítica. As atividades desenvolvidas demonstraram o potencial de uma educação fundamentada nos princípios da Educação Ambiental Crítica e da Educação Patrimonial para superar abordagens pontuais e descontextualizadas, avançando para uma perspectiva educativa emancipatória, comprometida com a transformação social e com a construção de uma relação mais ética, responsável e solidária entre sociedade, cultura e natureza no Semiárido brasileiro.

Palavras-Chave: Tirocínio docente; Ensino superior; Educação contextualizada; Patrimônio cultural.

Referências

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental** [livro eletrônico]: a formação do sujeito ecológico / Isabel Cristina de Moura Carvalho. -- São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. 1. ed. Brasília: IPHAN, 1999.

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006.

MALVEZZI, R. **Semi-árido: uma Visão Holística**. Brasília: Confea, 2007.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde**. 10ª edição. Editora HUCITEC – São Paulo, 2007.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 1-18, set. 2021.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, N. B. da; SILVA, A. J. N. da. O estágio docente no ensino superior e os movimentos de constituição profissional: tessituras de uma experiência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 1501–1514, 2023.